

# A EXTINÇÃO DA SECADI: UM GOLPE FATAL NAS CONQUISTAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

## SECADI'S EXTINCTION: A FATAL SWAT IN THE EDUCATION FIELD ACHIEVEMENTS

**Celi Nelza Zulke Taffarel<sup>1</sup>**

*Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

**Marize Souza Carvalho<sup>2</sup>**

*Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

### Resumo

O referido texto trata-se das contribuições da professora Maciana de Freitas e Souza. Parte dos “impasses atuais da educação”. Sinaliza a necessidade de “uma reflexão acerca das últimas ações do Ministério da Educação, em especial a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI”. No que diz respeito a verdade metodológica, o trabalho utiliza a pesquisa documental com abordagem qualitativa. Extinguir a SECADI, não significa somente menos política pública social para as populações do campo brasileiro. Significa mais do que isto. São medidas para destruir forças produtivas e assegurar as condições de (re)produção do capital.

**Palavras-chave:** SECADI. Educação. Reprodução do capital.

### Abstract

This text deals with the contributions of Professor Maciana de Freitas and Souza. Part of the “current impasses of education”. It signals the need for “a reflection on the latest actions of the Ministry of Education, especially the extinction of the Secretariat for Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion - SECADI”. Regarding the methodological truth, the work uses the documentary research with qualitative approach. To extinguish SECADI does not only mean less social public policy for the populations of the Brazilian countryside. It means more than that. They are measures to destroy productive forces and will ensure the conditions of (re) production of capital.

**Keywords:** SECADI. Education. Reproduction of capital.

---

<sup>1</sup> Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). E-mail: celi.taffarel@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). E-mail: marize.carvalho@gmail.com



O presente texto parte das contribuições da professora **Maciana de Freitas e Souza** que é bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Em seu texto publicado em 17 de janeiro de 2019 (SOUZA, 2019), acessado em 24 de maio de 2019, a professora Maciana parte dos, por ela denominados de, “impasses atuais da educação”. Sinaliza na primeira página que era necessário “uma reflexão acerca das últimas ações do Ministério da Educação, em especial a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI”.

Concordamos com a constatação da professora Maciana em sua justificativa (2019, p. 2) a respeito dos impactos da interrupção de políticas voltadas para: (a) garantir o acesso e a permanência dos alunos, (b) reconhecer as diferenças e, (c) viabilizar a Assistência Estudantil para o efetivo exercício do direito à educação.

Professora Maciana menciona a Constituição Federal, de 1988, em seu art. 205, para reafirmar que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (2019, p. 1).

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), com todas as críticas que possamos fazer, pela insuficiência de orçamento, pessoal, regulação, acompanhamento, participação, avaliação, vinha atuando, sob pressão de movimentos de luta social do e no campo, pressão das universidades e institutos federais, para assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social.

Vale ressaltar que a SECADI não brota espontaneamente da vontade dos governantes. É, sim, fruto de uma intensa luta pela Reforma Agrária e por Educação. Dois episódios desta luta são marcantes: (1) O Massacre de Corumbiara, que ocorreu em 9 de agosto de 1995, em Corumbiara, Rondônia, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, deixando 10 mortos<sup>3</sup> e, (2) o Massacre de Eldorado de Carajás, que ocorreu em 17 de abril de 1996, nos municípios de Eldorado de Carajás, no Pará, e deixou 19 mortos<sup>4</sup>.

Sem ocultar estas e outras lutas históricas, como a travada pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)<sup>5</sup>, para defender a Educação, podemos nos valer das

<sup>3</sup> Vide: <http://www.mst.org.br/2015/08/07/corumbiara-quebrar-o-silencio-vinte-anos-depois.html>

<sup>4</sup> Vide: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/04/17/ato-em-eldorado-dos-carajas-no-para-relembra-23-anos-de-massacre.ghtml>

<sup>5</sup> Vide: <http://www.enfoc.org.br/noticias/detail/538>

informações do portal eletrônico da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) para recuperar dados sobre a criação institucional da SECADI.

A SECADI foi criada para “Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças, e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental.”

Para materializar tais intenções vamos encontrar, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016), aprovados, implementados e avaliados, programas, projetos, ações. Podemos mencionar: (a) “Educação de Jovens e Adultos, (b) Educação Especial na perspectiva inclusiva, (c) Educação Ambiental e em Direitos Humanos, (d) Educação do Campo, Indígena e Quilombola e, (e) Educação para as Relações Étnico-Raciais”.

O decreto n.º 7.690, de 2 de março de 2012 descrevia as atribuições da SECADI, a saber:

I – planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

II- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

III – coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e

IV – apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas Inter setoriais. (Brasil, 2012);

A todos estes objetivos correspondiam programas, projetos, ações. Existia uma agenda de compromissos, a sua maioria pactuada com instituições públicas de ensino superior, com Universidades Federais e estaduais, com Institutos Federais, com Secretarias de Educação de Estados e Municípios, com Escolas Famílias Agrícola (EFAS), entre outras. Um dos primeiros atos, na primeira fase da implementação da política ultra neoliberal, de extrema direita, com traços fascistas porque destrói instituições, do governo de Jair Bolsonaro, foi extinguir, através do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, a SECADI. Os impactos deste Decreto ainda estão para ser profundamente analisados, visto que, conforme reconhece a professora Maciana de Freitas e Souza, ocorre "...um retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostra-se como uma medida que vai na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo".

Extinguir a SECADI, não significa somente menos política pública social para as populações do campo brasileiro. Significa mais do que isto. São medidas para destruir forças produtivas e assegurar as condições de (re)produção do capital.

Desde o Golpe (JINKINGS, Ivana; DORIA, KIM; CLETO, Murilo, 2017), que destituiu, sem crime de lesa-pátria, Dilma Rousseff, presidenta legitimamente eleita com 54 milhões de votos, os sistemas de ensino, assegurados pelos entes federativos, a saber, Município, Estado e Governo Federal estão sendo violentamente atacados pelas medidas que estão sendo adotadas.

As medidas ultra neoliberais adotadas pelo Ministério da Educação, desde a posse do ex-capitão reformado por apresentar conduta inadequada frente as normas institucionais do Exército Brasileiro, estão atuando na linha de transformar a educação em uma mercadoria e, colocar todo o sistema educacional sujeito a lógica perversa do empresariamento (FREITAS, 2018; NEVES, 2002), a lógica do capital (MARX, 1983). Esta lógica prevê a ocupação de todos os espaços institucionais, desde o Conselho Nacional de Educação (CNE), até a salas de aulas das escolas públicas, com interesse de lucros capitalistas. Para tal, é rebaixa a capacidade teórica da classe trabalhadora, ou pelo não ingresso, não permanência e conclusão com êxito dos estudos no sistema educacional brasileiro, ou, pela lógica do próprio sistema, altamente meritocrático, seletivo, de caráter individualista, excludente e que trata dos mínimos, sob a base teórica de pedagogias do capital (NEVES; 2005). Para tal, ainda é necessário destruir os frágeis traços de democracia (FRIGOTTO, QUEIROZ, PENNA; 2018), que vieram sendo construídos por dentro e por

fora das escolas e colocar em vigência a lei da mordaza, ou seja, a famigerada “Escola Sem Partido” (FRIGOTTO; 2017).

O que constatamos na atualidade, no mais geral do capitalismo mundial, é que o capital está em permanente crise, busca ajustes estruturais, entra em crise, implementa ajustes e volta a “normalidade” do imperialismo que em última instância recorre as guerras, hibrida e convencionais (KORYBKO, 2018) para manter seu poderio. O resultado da implementação desta política fundo monetarista, segundo Montoro (pp. 443-542), são resultados econômicos, sociais e políticos devastadores, ou seja, destruição de forças produtivas.

O governo de Bolsonaro, empossado em 2019, em aproximadamente quatro meses, vem tomando sucessivas medidas governamentais, via Ministério da Educação que, não só retiram conquistas e direitos, mas, que impõem um retrocesso sem precedentes na história educacional do Brasil, contribuindo para a destruição de forças produtivas, destruindo o trabalhador, suas condições de existência, seu sistema de proteção do trabalho alienado, assalariado, destruindo seus meios de produção e reprodução da vida.

A entrega do pre-sal ao capital estrangeiro, a EC 95/16 que implementa o ajuste estrutural, restringindo investimentos principalmente em educação e saúde, a terceirização sem limites, a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio (BELTRAO; 2019), a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a política nacional de formação inicial e continuada de professor (ANFOPE, 2017), os cortes nos orçamentos, a Escola Sem Partido, ou seja, a Lei da Mordaza, a perda da autonomia da universidade, a quebra do princípio constitucional que rege as universidades, segundo a Constituição de 1998, a saber, a integração de ensino-pesquisa-extensão, demonstram que não se trata somente de uma opção política conservadora ou de direita. É bem mais do que isto. Trata-se de destruir forças produtivas destruição esta que se dá pelas mediações do Estado burguês, agora ocupado, tanto no poder executivo, legislativo, quanto judiciário, hegemonicamente, por forças de direita e extrema-direita, vassalos e servos voluntários do capital. E esta é uma contradição profunda do modo de produção da vida capitalista. Estamos, portanto, em um período histórico de evidências do entrave das forças produtivas se desenvolverem. Elas não só estagnaram. Estão sendo destruídas.

Segundo Marx (1983), surge aí uma época de revolução social. Estamos constatando que as condições objetivas para tal estão colocadas. No entanto, ainda



Segundo Marx (1983, p. 25), “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as forças ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às últimas consequências”, precisam estar postas. Mas, estas estão bloqueadas com todo o aparato que as classes dominantes detêm, entre os quais a propriedade privada dos meios de comunicação de massa, a organização do trabalho na lógica do capital e, o próprio sistema educacional, que criam obstáculos para o desenvolvimento das forças revolucionárias da classe trabalhadora. Desobstruir estes entraves é nossa tarefa enquanto militantes de organizações, instituições, movimentos populares, indenitários, sindicatos e partidos que se reivindicam da classe trabalhadora. A tese segundo a qual a revolução será obra da classe trabalhadora continua válida. Para retomar a frágil democracia e sairmos do atual Estado de Exceção (VALIM; 2017), que é a lógica jurídica do Estado, ultra neoliberal, se faz necessário enfrentar, barrar, destituir este governo ultra neoliberal, através da luta organizada pelos aparelhos da classe trabalhadora. Passo importante a ser dado neste sentido é a liberdade imediata de Luiz Inácio Lula da Silva, preso político, pelas forças conservadoras que ameaçam não somente o Estado de direito, as conquistas e direitos da classe trabalhadora, mas também a soberania do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANFOPE. *Anais do Encontro Nacional 2017*. <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Anais-XI-Seminário-Nacional-nov2017-.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2019.

BELTRÃO, José Arlen. O novo ensino médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização da educação básica e a necessidade da construção da resistência ativa e de alternativa pedagógica crítica. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. 2019.

FREITAS, L. C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO; G. QUEIROZ; F. PENNA, F. *Educação democrática: Antídoto ao Escola Sem Partido*. Rio de Janeiro: LEPP/UERJ, 2018.



FRIGOTTO, G. (Org.) *Escola Sem Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LEPP/UERJ, 2017.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KORYBKO; Andrew. *Guerras Híbridas: Das revoluções coloridas aos Golpes*. São Paulo: Expressão popular, 2018.

MARX; K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MONTORO; Xabier Arrizabalo. *Capitalismo Y Economía Mundial. Bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid/Espanha: Instituto Marxista de Economía. Universidad de Arte Y Ciências Sociales e Universidad de Concepción. 2014.

NEVES; Lucia Maria Wanderley. (Org.) *A Nova Pedagogia do Capital: Estratégia do Capital para Educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.) *O Empresariamento da Educação*. São Paulo: Xama, 2002.

SOUZA; Maciana de Freitas e. *A extinção da SECADI e o campo da educação na conjuntura atual*. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

VALIM, São Paulo: *Estado de Exceção: A forma jurídica do neoliberalismo*. Contra Corrente, 2017.